

## 6 Conclusão

Desde que foi reconhecida como um dos produtos mais instigantes do ofício literário no século XX, a obra de Jorge Luis Borges tornou-se um foco de convergência para diversas abordagens críticas, que fizeram da bibliografia a respeito um corpus à parte de variações sobre um mesmo tema. Este trabalho foi apresentado como um esforço interpretativo que, na proposta de integrar-se a tal conjunto de reflexões, esteve atento à especificidade dos textos do autor, conferindo uma ressonância sócio-política às idéias e significações neles implicados, através da mobilização de determinados quadro contextuais, que os próprios escritos de Borges ajudaram a compor. Entretanto, uma vez terminada esta tarefa, dentro dos limites temáticos e cronológicos que determinei para seu encerramento, creio ser possível, e inclusive recomendável, o esboço de uma conclusão menos dependente de um objeto de análise singular. Para isso, serão retomados de maneira sintética alguns dos resultados obtidos com a pesquisa, mas para que eles sirvam a uma discussão que extrapola o âmbito da crítica sobre a obra de Borges.

Refiro-me, sobretudo, às diferenças e interpenetrações internas à cultura anglo-saxônica, tal como o assunto surgiu no último capítulo. Pois acredito ser este o enfoque comparativo que melhor pode nos ajudar a compreender determinadas possibilidades e contradições da sociedade e da literatura contemporâneas, em relação a outros que foram debatidos no decorrer do trabalho. Parto do pressuposto de que diversas das transformações históricas experimentadas no século XX podem ser compreendidas do ponto de vista da substituição, nem sempre completa ou irreversível, de paradigmas ingleses por

critérios norte-americanos na condução da vida pública, econômica e cultural em diversas partes do globo. Isto porque, dada a influência exercida por estes modelos em tais esferas, eles teriam adquirido uma relevância prática cujo entendimento por parte de críticos culturais é indispensável para que seja atingida uma visão de conjunto da história do ocidente, em seus movimentos estruturais de longo prazo.

Decerto, esta é uma leitura panorâmica, e restritiva em mais de um sentido. Primeiramente, vale ressaltar o óbvio, isto é, que ela se atém a uma linha de continuidades e rupturas vinculada um tanto exclusivamente a valores e idéias predominantes em determinada faixa do globo, ignorando alternativas radicalmente contrárias que possam ter surgido ou venham a surgir (em se falando da segunda metade do século, a alternativa soviética é uma notável ausência na discussão a ser feita, mas incluí-la neste texto demandaria outro tipo de orientação à análise). Dentro dos limites da proposta, portanto, o foco está mesmo voltado para variações referentes a sociedades liberais e capitalistas, considerando-se que a crescente apropriação destes parâmetros por governos e populações só aumenta a necessidade de que eles sejam compreendidos em seus fundamentos. E, neste sentido, a duplicidade indicada pela dissociação entre “Inglaterra” e “Estados Unidos”, além de ser eventualmente um caminho útil a esta compreensão, desestimula a denúncia de que um “pensamento único” estaria por trás do fenômeno do capitalismo contemporâneo, conforme se verificarem distinções basilares entre ambas as esferas de significados. Nas últimas décadas, por sinal, a abertura e o êxito econômico da China, com seu lento, restritivo e controlado processo de liberalização política, só fez por incluir outras variáveis nesta discussão.

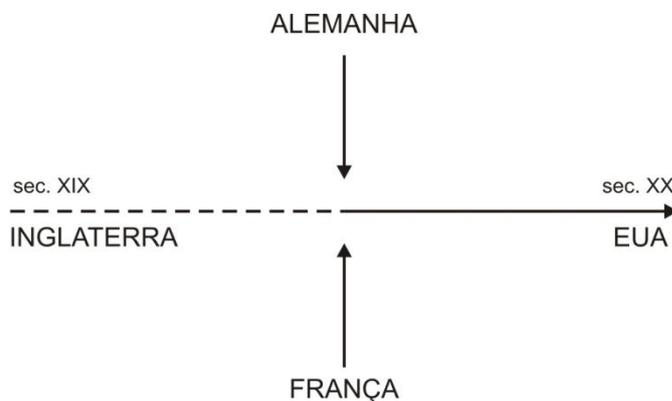
Por outro lado, algumas das reações mais importantes à vertente anglo-saxônica tomada de modo geral foram mencionadas no decorrer do trabalho. No plano da história das idéias, apareceu então o tema da correspondência entre dois movimentos extremos de repúdio ao mundo burguês, o que teria motivado uma atípica cumplicidade, embora a Alemanha e a França fossem inimigos declarados na Segunda Guerra. Acontece que ambos puderam ser creditados a ambientes de desespero e fastio cultural, os quais favoreciam a noção de que um salto repentino seria responsável por uma mudança definitiva do curso histórico planetário, atrelada ou à promessas de pacificação plena da humanidade, ou ao prospecto de

um revigoramento da espécie pela via do belicismo. E o primeiro destes fatores não deixou de ser apropriado à momentânea reafirmação do segundo, na medida em que denotava um apático desinteresse na defesa do legado da modernidade européia.

O vitalismo germânico suplantou a lógica pacifista francesa em 1940, consolidando-se como a mais séria ameaça à tradição novecentista. Porém, cinco anos depois, sua derrota não seria menos contundente. E tais acontecimentos chamam a atenção para o aspecto pontual da repercussão de tais doutrinas, tendo em vista o período do pós-guerra, quando, mesmo que elas tenham ressurgido aqui e ali com graus distintos de sistematização, jamais alcançaram a mesma amplitude verificada nos anos 30. E, para sua caracterização como fenômenos isolados, contribui a ressalva de que, enquanto seus raciocínios decorriam de traços do temperamento francófono ou prussiano, eles o faziam somente às custas de corrompê-los ou degradá-los, em fórmulas de pensamento enrijecidas e caricaturescas, ou imposturas que pouco e nada acrescentavam à herança clássica que atualizavam. “França” e “Alemanha” continuam sendo idéias necessárias à civilização, cuja negação ou abandono irrestrito implicaria um empobrecimento de nossa visão sobre a experiência da modernidade. Contudo, o mesmo talvez não seja verdade sobre os agentes que converteram tais idéias em inconsistentes simulacros de suas melhores expressões. Uma das coisas mais desconcertantes sobre Hitler é o fato dele ter sido absolutamente desnecessário.

Ao mesmo tempo, o papel assumido pelos EUA na campanha dos Aliados confere ênfase ao fato de que a antiga ordem conservadora sofria um processo de declínio, e nos permite situar na primeira metade do século XX o momento em que também a “Inglaterra” tornou-se uma idéia, com menor incidência prática na realidade do que tivera no período anterior. Decerto, um dos objetivos desta conclusão é reiterar a percepção de que dela permaneceram determinadas orientações, de conduta política e criação artística, das quais podem ser deduzidos referenciais para a análise de ações e textos posteriores à decadência do império britânico; ações e textos que não necessariamente tiveram sua origem em solo inglês, não necessariamente sofreram uma influência direta de intelectuais e autores ingleses, mas de algum modo configuraram contrapontos à aceitação incondicional da nova imagem do mundo, passíveis de serem entendidos como gestos de recuperação de hábitos e costumes que associa ao século XIX. Mas

devo explorar este ponto logo adiante. Por ora, e a partir das últimas observações, creio que o diagrama abaixo oferece uma imagem resumida do percurso histórico discutido, com seus embates, mutações e continuidades:



E, tendo em vista os fundamentos, valores, unidades políticas, formas literárias, entre outros componentes, que podem ser vinculados a cada um destes vetores, componho o seguinte quadro:

INGLATERRA	ALEMANHA	FRANÇA	EUA
Moral cristã	Estética dionisíaca	Estética apolínea	Ética protestante
Nação	Raça	Humanidade	Indivíduo
Conservadorismo	Totalitarismo bélico	Idealismo pacifista	Liberalismo/reacionarismo
Providência	Ontologia	Lógica	Teologia negativa
Novo testamento	Barbárie arcaica	Antiguidade clássica	Velho testamento
Comédia e lírica	Epopéia	Oratória	Tragédia bíblica

Vale dizer que a proeminência que os países assumem no interior dos quadros isolados é circunstancial; ela diz respeito a um método expositivo que adotei neste estudo em particular, podendo ser modificada de acordo com outros interesses ou fontes de pesquisa (Max Weber, por exemplo, provavelmente situaria modalidades religiosas no topo da lista; Erich Auerbach teria destacado as formas literárias; Georg Simmel talvez começasse com as variedades do modo de produção e uso de artefatos de cozinha, daí desdobrando seu raciocínio para

categorias políticas, intelectuais e filosóficas). E, se estão sublinhados os dois conjuntos do mundo anglo-saxão, isto acontece porque, como antecipei, as relações entre ambos são as que me interessam agora. Trata-se então de elucidar, ao menos em parte, o que há de recorrente nas interseções e diferenças entre cada um dos pares deste grupo, para que um argumento geral a respeito possa apresentar-se.

Antes de tudo, a própria questão religiosa merece um esclarecimento, porque a vinculação da moral cristã a uma nação que se auto-definiu como protestante pode suscitar dúvidas. Mas o fato de que o anglicanismo nunca se despreendeu completamente de suas bases no catolicismo romano é usualmente reconhecido; e ele se tornou evidente em particular no final do sec. XIX e início do sec. XX, quando autores como G. K. Chesterton, Hillaire Belloc, C. S. Lewis e J. R. R. Tolkien promoveram na Inglaterra um *revival* da ortodoxia cristã, com uma consistência intelectual ancorada na solidez da tradição. Tal movimento reformador, por sua vez, ao voltar-se contra forças centrípetas e excessos liberais, dá o tom daquilo que pode ser considerado o instinto conservador britânico. Refiro-me a uma tentativa de *controle* das potencialidades políticas, econômicas e culturais de um dado contexto, que permite a realização de avanços e um razoável progresso destes vetores, mas detém-se diante do risco de crise que estes mesmos avanços e progressos têm como consequência, na medida em que uma ordem se veja ameaçada de dissolução.

E assim a noção de “conservadorismo”, tal como surge no quadro da Inglaterra, pode ser desde já mais bem qualificada. É importante notar que ela implica o movimento e a mudança, e, portanto, refere-se a uma atuação criativa, delimitadora de “formas”, a operar-se sobre um terreno de certa instabilidade. Pois, sem pressupor determinado grau de abertura – econômica, política ou dramática –, gestos desta natureza não adquirem maior relevância. Mas eles são gestos de conservação porque impedem que esta abertura, de caráter liberal, chegue ao ponto de romper limites considerados regulares. Um difícil equilíbrio é aqui buscado, demandando vigilância, cuidado e competência para sua prática, mas um equilíbrio que só merece este nome ao admitir o papel do conflito, da transformação e da fragmentação para se efetivar.

Desde logo, se por um lado a moderna Grã-Bretanha apresentou uma experiência diferenciada na Europa moderna, em relação às tendências mais

centralizadoras e mais autoritárias do absolutismo francês e espanhol, por outro ela também teve traços distintos daqueles que viriam a se manifestar no caso norte-americano. Parece-me que a já citada noção de crise é a que melhor exemplifica a distinção. No modelo inglês, processos mais agudos desta natureza seriam algo a ser evitado mediante negociação e reforma, isto é, por uma controlada mediação moderadora, podendo recorrer a restaurações e ao autoritarismo ortodoxo em casos extremos, mas preferindo não permitir que as coisas cheguem a este ponto. Enquanto o universo de hábitos e paradigmas dos EUA possibilitaria o surgimento de um progressismo tão entusiasta quanto arriscado, no âmbito dos avanços democráticos, científicos e produtivos. A este movimento estaria relacionada a radicalização das inclinações liberais anglo-saxônicas; e o contraponto de tal vetor seriam as tendências mais fortemente reacionárias da sociedade norte-americana. Note-se que neste caso não estamos falando mais em conservação de estruturas existentes, nem mesmo da restauração de experiências de um passado próximo, mas da evocação de alianças situadas em um plano a-histórico, como aquela em que um Deus exigente e implacável teria exigido a total fidelidade de suas criaturas para com seus preceitos éticos.

Como procurei indicar no decorrer do trabalho, o entendimento destas duas dinâmicas é reforçado pelas contraposições entre nacionalismo e individualismo, entre o Novo e o Velho Testamento, entre a ação da Providência e a idéia do abandono do mundo por Deus, entre a comédia inglesa e as modalidades do trágico na literatura norte-americana. Diante disso, pode ser exposta uma formulação que percorre todo este argumento comparativo, segundo a qual, no segundo quadro descrito, dá-se um movimento de bipolarização das forças já verificadas no primeiro.

Parto do princípio de que a moral já conteria em si mesma um ideal ético e uma ameaça de danação. Mas possibilitava uma transcrição da Lei em códigos de conduta que operavam no intervalo entre uma coisa e outra. Já as exigências de santidade e heroísmo, a separação inegociável entre eleitos e condenados, sucesso e fracasso, *winner and losers*, ignorava as chances de que algum conforto fosse alcançado em situações intermédias. Do mesmo modo, no primeiro caso, entre a suposição de uma autoridade incontestada e a defesa da liberdade do indivíduo, estaria o corpo agregador do estado nacional, como garantia de direitos adquiridos, e o agente restritivo baseado na noção do *common sense*. Enquanto,

nos EUA, as energias centrípetas e centrífugas deste esquema teriam extrapolado suas flutuações e alternâncias consideradas “normais”. Pois estamos falando de uma sociedade cujo discurso pode margear o anarquismo em sua defesa da liberdade do indivíduo, e ao mesmo tempo busca na articulação de indivíduos isolados o meio para a realização de uma obra de grandes proporções. Uma obra que, por sua vez, está sempre sujeita à derrocada, em função do próprio ritmo alucinante com que é posta em movimento.

Imaginar que um destes vetores poderia existir sem o outro compromete o entendimento da contribuição de ambos, vistos em conjunto, ao espectro de experiências humanas. No propósito de entender as práticas conservacionistas inglesas, pude utilizar a imagem do “equilíbrio de antagonismos” para caracterizá-las; agora, estou me referindo a um desequilíbrio entre forças antagônicas de coesão e dispersão que, se não deixam de ter um feixe de variações médias entre elas, ignoram-no em favor de um intenso dinamismo entre as extremidades do pêndulo. Contraposto à “monotonia” do mundo burguês novecentista, este ambiente presume maiores riscos e está sempre ameaçado por um atordoante descontrole. Em comparação com o parcimonioso ideal da manutenção ou atualização de uma ordem, ele se expõe ao trágico esfacelamento de todo ordenamento, em sua expansão para além dos limites tradicionais.

Como era de se esperar, em se tratando de uma cultura monetarista, a esfera econômica ilustra esta observação melhor do que nenhuma outra. Nela, fica demonstrado como, se o capitalismo do século XIX já sofria com variações cíclicas entre períodos de crescimento e recessão, estas eram ainda modulações flutuantes, que se mantinham próximas a um eixo mediano, de modo que fosse conservada a confiança em um gradual desenvolvimento de suas potencialidades. Contudo, com o aumento da participação norte-americana na economia mundial, ganhou novas dimensões, nos anos 1930, a categoria da depressão: uma brusca linha descendente, que se segue a uma época de euforia, e marcada pela descrença generalizada no futuro, por uma angústia que adquire profundidades existenciais.

Mas é melhor deixar ao assunto para os que dele entendem. Mobilizo-o apenas para reforçar a idéia de que os mecanismos de liberalização e retorno à ordem, de progresso e restauração da autoridade centralizadora, são semelhantes no universo anglo-saxônico. Todavia, diferentes níveis de exposição a abalos sísmicos dissociam seus dois representantes. Em um dos casos, temos uma

contínua atenção a ameaças de dissolução, que favorece medidas de ajuste e reforma da sociedade, e o prosseguimento da vida em um curso regularizado; no outro, os pólos da segurança e da incerteza se sobressaem à zona de ambigüidades, de hesitações momentâneas e decisões habilidosas, existente entre ambos, de modo que o fenômeno da crise, em que se dá a iminência do cataclisma e a exigência de decisões contundentes, talvez seja aquele em que seu rosto se revela.

Ao falarmos em crise, estamos falando de literatura. Não há relato que prescindia de um evento ou uma seqüência de eventos desta natureza para o desdobramento de suas ações, ao menos no que se refere à literatura proveniente do universo judaico-cristão (foi discutido como certa tradição oratória francesa, de viés neoclássico, podia eliminar sua possibilidade, recorrendo a abstrações lógicas, humanitárias ou pacifistas. E como a hipertrofia do mesmo conceito, expresso no ideal da guerra permanente, que atualizava a imagem da barbárie arcaica, pôde, em um determinado período da história literária e política alemã, comprometer sua caracterização como um momento especial no curso do tempo).

E o primeiro apontamento decorrente das últimas observações é a respeito do lugar ocupado pela catástrofe, pelo apocalipse, na literatura norte-americana da segunda metade do século passado. Entre outras obras, ele remete à de Philip Roth, possivelmente o autor que mais bem representou o transtornado espírito de seu tempo, por meio das múltiplas calamidades que acometem seus personagens: a atuação agressiva de transformações históricas sobre a biografia do indivíduo, as conseqüências desproporcionais de pequenos deslizes sobre suas trajetórias, a degradação física acelerada e súbita. Em *Portnoy's Complaint* (1969), demandas auto-impostas de retidão ética convivem – ou melhor: se chocam bruscamente – com atos de dissipação sexual, aos quais se segue a compulsão da penitência (a ironia de Roth tampouco se mantém no espectro das modulações sutis, e o efeito da descrição gritante de contrastes é uma hilaridade compulsiva). Mas seus romances podem também começar com a pintura de paisagens idílicas, sendo que por trás de toda esta segurança insurgem potências desumanamente destrutivas, tal como na *American Pastoral* (1997), em que a um terror trágico, decorrente do esmagamento do sujeito austero e fiel a seus princípios pela força cruel do incontrolável, dá o tom da narrativa. A ruína corpórea, financeira, profissional e

familiar recebe de Roth um tratamento impiedoso. E ele raramente apela para nossa compaixão.

Ainda no âmbito dos relatos apocalípticos, quero fazer uma menção mais isolada, mas que considero fundamental para o entendimento das possibilidades artísticas que se apresentam, de acordo com o que foi exposto. Pois *Angels in America* (1992), a peça teatral de Tony Kushner convertida em minissérie para a TV, possui vários elementos que a fazem integrar esta discussão. Há a catastrófica irrupção de uma epidemia, tomada como anúncio do juízo final, com a proliferação de pústulas, castigos, arrependimentos, visões, profetas e loucos. A conflagração da crise é expressamente um signo do abandono dos homens por Deus, e requer a interrupção do movimento, do progresso, das migrações, do desejo, para ser mitigada. Mas o que chama a atenção neste caso é que, após o intenso *tour de force* no qual se estende a angústia e a confusão das consciências, emerge uma confiança renovada no futuro, mesmo que sobre ruínas que jamais voltarão a ser reunidas em uma imagem estável do mundo. Reafirma-se a opção pelo movimento, pelo progresso, pelo desejo, tendo em vista que são origens tanto do mal quanto do bem, da doença e das promessas de cura, da AIDS e do AZT. No horizonte relativamente desanuviado do final da história, após todo tipo de vilezas e descaminhos terem sido contemplados, após decisões graves e transformadoras terem sido executadas, retorna-se a algum grau de “normalidade” no curso da vida. Se é que se pode falar de normalidade neste caso, e se é que se pode falar em retorno.

Mas, para cada grande narrativa trágica e catastrófica da experiência norte-americana, há um relato menor que confere uma atenção mais compadecida à inserção do “homem comum” neste contexto. Para cada *Moby Dick* há um “Bartleby”, para cada *Scarlett Letter* há um “Wakefield”. O próprio Roth publicou em 2006 um romance mais curto e menos ambicioso, intitulado *Everyman*, em que experiência de um personagem médio diante da morte iminente é narrada com uma prosa que evoca certo enternecimento. E neste ponto posso ser mais específico naquilo que seria a “preservação” de hábitos e costumes “ingleses” na literatura da segunda metade do século XX. As aspas se justificam em ambos os casos porque, no lugar do primeiro termo, melhor seria falar em recriação de tais critérios em uma nova chave; e, no lugar do segundo, é mais apropriado

pensarmos, por exemplo, na singular influência de Anton Tchekhov entre toda uma geração de contistas norte-americanos.

Pois, por um lado, uma determinada noção de moralidade, o cultivo de maneiras corteses, a índole reformista, e a valorização da ciência, da civilização, da cultura, de certo modo tornaram Tchekhov um herdeiro do século XIX. Tais atributos se consolidaram em sua biografia no momento em que ele deixou de reconhecer a doutrina de Tolstoi como um meio para a emancipação das classes camponesas e baixas da Rússia. “Não pode haver senão uma única moral, a que nos foi dada no tempo de Jesus Cristo, que impede pessoas como você ou eu ou Barantsevich de roubar, mentir, etc.”, ele escreveu nesta época a um amigo, menos para defender o cristianismo do que para opor-se às altas exigências de heróica intransigência que Tolstoi exigia dos novos homens. “Meu senso de honestidade me diz que há mais amor pela humanidade na eletricidade e no barco a vapor do que na castidade e na abstenção da carne”, Tchekhov afirmou em outra ocasião, que se refere à mesma polêmica.\* Também a habilidosa composição de caracteres medianos, ou mesmo simplórios, e o senso cômico aliado a sóbrios apelos à compaixão e à piedade do leitor, o vinculam à tradição do catolicismo literário britânico, e mesmo das narrativas cristãs de um modo geral.

Por outro lado, antes mesmo que, na Inglaterra, Chesterton reformulasse esta tradição sobre bases ortodoxas – por mais que seu pensamento compreendesse certo grau de liberalização –, Tchekhov incorporou a seus escritos a percepção de que o desamparo e o desconcerto do sujeito, diante de um universo fragmentado, não teriam como resposta nenhuma ação providencial e autoral vinda de cima. A liberdade do homem ordinário abandonado por Deus e pelo Estado era então tomada como uma conquista irreversível e um problema insolúvel. Deste modo, ao invés de conservar ou restaurar uma ordem pré-dada, através de desenlaces providenciais, em que o personagem desafortunado encontra conforto em sacramentos e alegrias redentoras, era necessário o esforço de se *construir*, a partir de um material pobre e escasso, e com o devido distanciamento, as relações nas quais, de uma desordem pressuposta, pudessem ser apenas sugeridas novas modalidades seculares de antigos valores comuns.

---

\* As citações foram extraídas da excelente biografia de David Magarshack (*Chekhov, a life*. Westport, Connecticut: Greenwood Press, 1952), em que o tema das relações pessoais e intelectuais entre Tchekhov e Tolstoi é detidamente abordado.

Por mais que possam ser engraçados, os contos de Tchekhov se situam no contexto mais amplo de um mundo e uma linguagem tragicamente dispersos. A crise é sempre o pano de fundo, o que torna sua expressão mais ostensiva até mesmo desnecessária em cada relato. A solidão e a angústia são pontos de partida, que, porém, permitem a criação de precárias e preciosas histórias, nas quais se insinuam também seus contrários, em raros momentos de entendimento, reconciliação ou felicidade, os quais sempre cedem mais uma vez à força massacrante do entorno. Isto confere à sua prosa um teor realista, no sentido mais amplo do termo; e talvez por este motivo ele tenha sido resgatado, no ambiente literário dos EUA, por escritores que se dedicaram a representar a realidade da baixa classe média das pequenas cidades e dos subúrbios norte-americanos, como Sherwood Anderson, Raymond Carver, Alice Munro, entre tantos outros.

Do primeiro, pode-se dizer que adquiriu merecida fama como pioneiro de toda uma geração, embora não tenha sido o mais brilhante destes autores. Carver, por sua vez, foi responsável por uma obra em que a pobreza, o alcoolismo, o desemprego, o desespero existencial, e um manejo quase grosseiro da linguagem, são as bases de êxitos literários em que não deixam de estar presentes o enternecimento, a cortesia, e uma delicada articulação de signos e imagens. Uma narrativa como “Distance” faz emergir, de uma situação tão prosaica quanto conflituosa, a improvisada afirmação do lar e da família como lugar de conforto e felicidade para o sujeito comum. Porém “lar” e “família” são construções invariavelmente precárias no mundo de Carver, situadas em um terreno de instabilidade permanente, o que fica explícito em histórias como “Where I’m Calling From”, “Fever”, “Menudo”, etc.. O último relato do autor foi uma narrativa sobre a morte de Tchekhov.

Já Alice Munro, ao que me parece, encontrou ao longo de sua trajetória a mais completa expressão da complexidade de um mundo em que a tragédia é um dado, e onde mortes, doenças, desenganos e rupturas abruptas desarticulam por princípio qualquer “ordem” ou “forma” a ser buscada. Não obstante, sua linguagem organiza este caos com uma sensibilidade e uma força de composição singulares, de modo que, em meio a tal confusão, se multiplicam significados e conformações possíveis, tão incertos quanto precisos, e portanto misteriosos, em suas manifestações pontuais.

Enfim, a menção destes nomes serve também para que seja lembrado o do israelense Amós Oz, indiretamente associado a esta linhagem. Porque também ele, na Jerusalém de meados do século, recorreu a Tchekhov para lançar outro olhar à realidade em que estava inserido, depois de ter se surpreendido com a leitura de um volume de contos de Sherwood Anderson, tal como relata em sua autobiografia. E, daí em diante, seus romances se tornaram construções metodicamente dedicadas à tentativa de conferir novo sentido a valores como a compaixão, a alegria e o desejo, sendo estes três integrantes de um “pacote” que, segundo um personagem de *Conhecer uma Mulher* (1989), precisa ser apropriado em conjunto: uma coisa não vem sem a outra. Mas, sem evocar uma doutrina ou sistema teológico que a priori legitime estes preceitos, Oz compôs um corpo narrativo no qual eles precisam necessariamente surgir do fenômeno dramático ou literário. E isto com um poder de convencimento equivalente ao talento, à sinceridade e ao trabalho construtivo empregados no texto.

Em se falando de Oz, pode ser retomada também o tratamento da questão da política, deixada em suspenso nos últimos parágrafos. Pretendo, neste caso, enfatizar brevemente como, paralelamente à carreira do autor como ficcionista, sua postura em relação ao conflito entre Israel e Palestina foi formulada com a defesa de práticas que estariam associadas a mecanismos novecentistas, “britânicos”, para a resolução de crises.

Cabe então enfatizar que, se a criação do Estado de Israel foi um projeto mal supervisionado pela Inglaterra, no momento de sua decadência como força imperial, talvez este seja um problema a ser resolvido justamente através da aplicação de parâmetros que deveriam ter sido eficazes em um primeiro momento. Assim como o Tratado de Versalhes foi um ato de humilhação catalisador de ressentimentos, cujas piores conseqüências poderiam ter sido evitadas com uma administração mais competente da ordem internacional, também neste caso certos erros históricos demandam mais do que o apontamento de vítimas e culpados para serem corrigidos. Tampouco o pacifismo incondicional é aqui de grande utilidade, razão pela qual o ambiente pode se beneficiar com o cultivo de alguns valores e práticas analisados no segundo capítulo deste trabalho.

Refiro-me à habilidade necessária para a demarcação e conservação de fronteiras, que não prescindam da autoridade ou da força como meios de contenção de energias irracionais – mas saiba operar com negociações e concessões, como

substituto do uso de uma autoridade e de uma força desmedidas, inclusive para que tais energias não adquiram uma aparência de legitimidade. Refiro-me ao reconhecimento das nações como unidades políticas fundamentais, a serem construídas historicamente, criando um sistema de equilíbrio que pressuponha o conflito, e esteja atento às suas possibilidades de radicalização. E, afinal, à aceitação de que nenhum verdadeiro sucesso é possível sem que uma dose de frustração o acompanhe. Por este motivo, Oz compara a situação no Oriente Médio a uma peça de Tchekhov, em que os agentes em jogo terão que acatar as limitações impostas às suas pretensões e demandas pela realidade concreta, e negociar com esta realidade para que algum tipo de avanço seja alcançado, mesmo quando nenhuma paz perfeita se mostre no horizonte imediato.

Trata-se, portanto, mais uma vez, da necessidade do controle vigilante de uma crise, para que circunstâncias explosivas não atinjam um ponto de irreversibilidade. Penso que em nenhum outro quadro, atualmente, fica mais expresso como determinadas inclinações conservadoras, e os atributos criativos que são intrínsecos às suas melhores expressões, podem contribuir para o desenlace de um drama. Muito destas inclinações podem ser deduzidas dos romances do próprio autor. Mas é um equívoco entendê-los como alegorias políticas, em função não apenas da autonomia do ficcional, como também do fato de que o procedimento alegórico decorre de uma apreensão paranóica da realidade, que o próprio Oz insiste em desconstruir. É verdade que há um teor moralista na composição de personagens eventualmente caricaturais, mas a moralidade que assim se insinua é da ordem do mediano: não aquela que postula uma luta entre forças do Bem e forças do Mal, mas reconhece em todos os “homens comuns” algo de patético e anedótico, capaz de suscitar simpatia, e favorecer um reconhecimento das fragilidades humanas, inapropriadas para a incorporação de uma ética “superior” no trato cotidiano.

Além disso, toda e qualquer sugestão de uma doutrina sistemática, ou representação de austeridade moral que beira a fanática compostura, sucumbem em sua prosa a uma *poética* que desfaz convicções e certezas. Sempre que seus protagonistas se aferram a uma auto-representação demasiadamente segura ou confiante, eles estão na iminência de serem desconcertados pelos transtornos do desejo. Há, portanto, uma mística na obra de Oz, associada ao papel do amor em suas narrativas: a compaixão e a alegria são seus correlatos indispensáveis. E, não

por acaso, em *Como Curar um Fanático* (2002), seu famoso manifesto contra as posições extremadas de ambos os lados do conflito no Oriente Médio, repercute o comentário de Chesterton sobre Tolstói, citado no quarto capítulo deste trabalho. Também aqui o poder sanativo da imaginação e da poesia é evocado. Também aqui ele adquire uma conotação política, na medida em que serve à cura de uma patologia, antes decorrente do pensamento lógico de modo geral, do que desta ou daquela crença religiosa em particular.

Nesta perspectiva, a literatura adquire uma dupla função. Ela tem um viés construtivo, de estabelecimento de “ordens” provisórias em meio à confusão generalizada do mundo liberal e capitalista, conferindo uma espécie de amparo à experiência do homem comum neste mundo, mas sem oferecer-lhe mais do que breves e alusivos instantes de entendimento e repouso – isto é, sem ignorar o caráter trágico desta experiência, tomado como um condicionamento do real. Parece-me que a recepção de Tchekhov nos EUA se deve, em parte, ao modo como o primeiro incorporou tal condicionamento à sua obra, para, a partir daí, investigar as suas efetivas possibilidades estéticas. Já um autor como Amós Oz, se não deixa de operar com procedimentos semelhantes, deles extrai maiores projeções sociais, dadas as exigências de uma situação em que entendimentos e acordos precisam ser alcançados com maior efetividade prática, ao mesmo tempo em que conflitos e diferenciações devem ser pressupostos, pois sua eliminação é impossível. Desde logo, sempre que uma totalidade de sentido se insinua em seus textos, ele recorre à potência fragmentadora da literatura e do drama, preservando assim uma zona de ambivalência em se situam sua poética e sua mística.

Esta zona de ambivalência é uma zona intermediária. Sua constante recriação torna-se necessária para que sirva de contraponto aos extremos da depressão e do entusiasmo. Pois estamos falando de uma arte que opera no eixo das mediações, do *sensus communis* kantiano, tornada tanto mais necessária conforme um “senso comum” tenha se perdido, e assim demande esforços pontuais para ganhar uma nova – mesmo que efêmera – ressonância. Tudo isso diz respeito, portanto, à tentativa de reencontrar um eixo articulador das extremidades do pêndulo, feito de anteparos construtivos, da delimitação de formas, mas igualmente sujeito a contínuas dissoluções e à falta de controle, a ser permanentemente perdido e reconquistado. Refiro-me, portanto, a algo que aponta para resoluções apenas provisórias e pontuais, no ambiente de uma crise

estabelecida como pano de fundo para todas as ações humanas, onde um princípio de moderação busque evitar que ela atinja proporções catastróficas.

E com isso pretendo indicar também como tais soluções “moderadas” podem ser pouco úteis em determinadas circunstâncias; em particular, nas circunstâncias em que, depois de liberadas pela força expansiva dos vetores sócio-culturais norte-americanos, determinadas energias já há muito tempo saíram do tipo de “controle” que a índole conservadora entende ser sempre recuperável. Tomemos, por exemplo, a crise mais aguda a que este movimento pode ainda nos levar, referente à questão climática. Pois a sombra atmosférica e planetária que se anuncia pode não ser de responsabilidade exclusiva dos Estados Unidos, mas tem sua origem em um desgovernado progresso econômico; um progresso favorecido pelos mecanismos da ética protestante, que serviu de “modelo” para o sistema produtivo do ocidente durante o século XX. O tema, desde logo, tem a desagradável capacidade de demonstrar como os norte-americanos foram além de simplesmente *imaginar* a história como uma narrativa apocalíptica. De modo coerente com suas bases culturais, eles a *produziram* nesta chave, assumindo cegamente o risco de dar o mundo o aspecto de uma terra devastada.

No momento, poucos são os que não se posicionam de modo conservacionista no debate. Idealizações abstratas, imagens do “outro mundo possível”, tornam-se risíveis diante de um fenômeno tão concreto, que exige intervenções tão imediatas; e mesmo os partidários do caos, que apreciam a estética dos ataques terroristas, mudam de postura com a ameaça de um maremoto mais próximo de suas casas. Deste modo, normalmente – com ênfase no advérbio –, fala-se em diminuição da emissão de gases, em contenção do desmatamento e dos empreendimentos industriais, no acompanhamento vigilante dos indicadores climáticos: enfim, de uma retomada do controle, por parte do homem, das ações que levaram à crise presente, e do negociado estabelecimento de limites para sua atuação como agente histórico. Sem dúvida, cada um dos êxitos alcançados neste sentido tem validade assegurada, e seria extremamente inapropriado menosprezar estes esforços. O problema é que, dada a própria natureza do transtorno, a simples moderação pode ser insuficiente. Talvez não haja solução à inglesa, de acordo com as coordenadas do bom senso, que resolva o assunto no ponto em que ele se encontra.

É lícito cogitar que uma crise à americana requer soluções idem. Antes de sair de cena como potência imperial, a Grã-Bretanha teve uma última chance de reafirmar seus valores, praticar suas virtudes e corrigir seu maior erro histórico, resistindo com dignidade às investidas germânicas contra a civilização. Agora que os Estados Unidos, com alguma probabilidade, deixarão de ocupar o mesmo posto rotativo, cabe esperar que suas potencialidades não estejam de todo esgotadas. E, dada a carência de habilidades demonstrada por este país para a contenção e a preservação, ou sua tendência a extrapolar padrões de conduta regulares, alguma surpresa poderá surgir sob a forma de uma *inovação* científica e tecnológica, por exemplo. Nada que precise dar o assunto por encerrado de uma hora para a outra, mas algo que restabeleça a confiança na capacidade do homem de enfrentar graves desafios com resistência e criatividade. Uma inovação que, no plano prático como no simbólico, possa reverter estragos causados pela ciência e pela tecnologia do século XX.

*Wishful thinking*, dirão os mais céticos quanto a um possível desenlace a ser buscado por esta via. No entanto, projetos de captação de carbono na atmosfera, e de produção de energia limpa por meio da fusão nuclear, são hoje menos extravagantes do que pareceriam anos atrás. Ou então não deixaram de ser, em momento algum, extravagâncias e despropósitos, para as usuais dimensões do humano; e, por isso mesmo, virão a ser a resposta para um distúrbio que vai além de tais dimensões. Portentosos desastres e inesperadas ressurreições, que se elaboram de maneira gradual, mas subitamente ganham corpo e forma: desta matéria é feito o mundo norte-americano no que tem de melhor e de pior. Suas crises são da ordem da desmedida, do grandioso e do sublime. Mas há beleza no modo como minúsculos e insignificantes seres humanos se reerguem por suas próprias forças do esmagamento e da exaustão.

“Nada está perdido para sempre”, diz Harper, uma personagem de *Angels in America*. “Neste mundo vivemos uma espécie de doloroso progresso, enquanto aspiramos por aquilo que passou e sonhamos com o que está por vir”. Assim, após todo tipo de equívocos, turbulências e vilezas terem sido contemplados na história, passado o momento da mais transtornadora sensação de que o mundo ia se acabar, no final ressurgem esta demonstração de fé, mesmo em meio aos destroços de um orbe assolado pela peste, por guerras e pela loucura. A fala segue ao relato de um sonho: aquele em que, sobrevoando a camada de ozônio

esgarçada e prestes a se romper definitivamente, Harper vê ascenderem da terra almas de pessoas mortas, que entrelaçam as mãos e os tornozelos, formando uma rede. E estas almas são compostas da mesma matéria que o ozônio, de modo que a camada as absorve e é restaurada.

É possível que esta imagem – uma das mais belas de que tenho notícia – venha a ser um dia mais do que um achado poético. Ou, como diria Jorge Luis Borges, ao terminar seu conto sobre a imensa, desgovernada e delirante biblioteca, e imaginar que por trás disso tudo poderia estar uma ordem ainda por ser revelada aos homens: meu coração se alegra com esta elegante esperança.